

Sumário

Capítulo I ► SUJEITOS NO PROCESSO PENAL.....	29
1. NOÇÕES GERAIS	29
2. JUIZ.....	29
2.1. Breves noções	29
2.2. O papel do juiz moderno	30
2.3. O princípio da identidade física do juiz (art. 399, § 2º, CPP).....	32
2.4. Regularidade do processo e princípio do impulso oficial (art. 251, CPP).....	32
2.5. Causas de impedimento da atuação do juiz (arts. 252 e 253, CPP).....	33
2.6. Causas de suspeição da atuação do juiz (art. 254, CPP).....	35
2.7. Cessação e manutenção do impedimento ou suspeição (art. 255, CPP).....	38
2.8. Criação proposital de animosidade por má-fé (art. 256, CPP).....	38
2.9. A incompatibilidade do juiz (art. 112, CPP).....	38
2.10. Juiz sem rosto e a Lei nº 12.694/12.....	39
3. MINISTÉRIO PÚBLICO.....	46
3.1. O Ministério Público como parte imparcial ou formal na relação processual (art. 257, CPP)	46
3.2. Impedimento e suspeição do membro do Ministério Público (art. 258, CPP).....	48
3.3. Princípio do promotor natural e imparcial ou promotor legal.....	50
4. ACUSADO	53
4.1. O acusado como parte na relação processual (art. 259, CPP)	53
4.2. Condução coercitiva do réu (art. 260, CPP)	54
4.3. Indisponibilidade do direito de defesa (art. 261, CPP).....	56
5. CURADOR (ART. 262, CPP).....	57
6. DEFENSOR	58
6.1. A nomeação do defensor (arts. 263 e 264, CPP).....	58
6.2. Afastamento e ausência da causa (art. 265, CPP).....	60
6.3. Constituição do defensor e impedimento (arts. 266 e 267, CPP).....	62
7. ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO.....	63
8. FUNCIONÁRIOS DA JUSTIÇA	70
8.1. Denominação	70
8.2. Suspeição (art. 274, CPP).....	70
9. PERITOS E INTÉRPRETES.....	71
9.1. Perito (arts. 275 a 280, CPP)	71
9.2. Intérprete (art. 281, CPP).....	72

Capítulo II ► PRISÃO, MEDIDAS CAUTELARES E LIBERDADE PROVISÓRIA	73
1. NOÇÕES GERAIS SOBRE PRISÃO E MEDIDAS CAUTELARES	73
2. O JUDICIÁRIO COMO FISCAL DA LEGALIDADE DA PRISÃO (ART. 5º, LXV, CF e ART. 310, I a III, CPP)	87
3. FORMALIDADES DA PRISÃO (ARTS. 283 A 300, CPP)	91
4. MODALIDADES DE PRISÃO CAUTELAR.....	106
4.1. Prisão temporária (Lei nº 7.960/89)	106
4.2. Prisão em flagrante (arts. 301 a 310, CPP)	115
4.2.1. Noções gerais	115
4.2.2. Flagrante facultativo e flagrante obrigatório ou compulsório (art. 301, CPP)	121
4.2.3. Prisão em flagrante nos crimes de ação penal pública condicionada à representação do ofendido e de ação penal privada	123
4.2.4. Espécies de prisão em flagrante (art. 302, CPP).....	124
4.2.4.1. Flagrante próprio ou propriamente dito ou perfeito ou real ou verdadeiro (art. 302, I e II, CPP)	124
4.2.4.2. Flagrante impróprio ou imperfeito ou irreal ou quase flagrante (art. 302, III, CPP)	124
4.2.4.3. Flagrante presumido ou ficto ou assimilado (art. 302, IV, CPP)	125
4.2.4.4. Flagrante preparado ou provocado/crime de ensaio (Súmula 145, STF)	126
4.2.4.5. Flagrante forjado ou urdido	130
4.2.4.6. Flagrante esperado ou intervenção predisposta da autoridade policial	130
4.2.4.7. Flagrante diferido ou retardado ou prorrogado ou postergado ou ação controlada (art. 53, II, da Lei nº 11.343/06, arts. 1º, § 6º, e 4º-B da Lei nº 9.613/98 e arts. 8º e 9º da Lei nº 12.850/13)	131
4.2.4.8. Flagrante nos crimes permanentes (art. 303 CPP), habituais e continuados	132
4.2.5. Formalidades para a lavratura do auto de prisão em flagrante delito (arts. 304 e 305, CPP)	134
4.2.6. Controle jurisdicional da prisão em flagrante e audiência de custódia (arts. 308 a 310, CPP)	140
4.3. Prisão preventiva	153
4.3.1. Noções gerais	153
4.3.2. Momento de decretação (art. 311, CPP)	153
4.3.3. Requisitos para a decretação da prisão preventiva (art. 312, CPP)	156
4.3.4. Circunstâncias legitimadoras e circunstâncias impeditivas da prisão preventiva (arts. 313 e 314, CPP)	166
4.3.5. Fundamentação da prisão preventiva (art. 315, CPP)	181
4.3.6. Caráter provisório da decisão acerca da prisão preventiva e prazo de duração/revisão (art. 316, CPP)	185

4.3.7. Apresentação espontânea do acusado	193
4.4. Prisão domiciliar (arts. 317 a 318-B, CPP).....	193
4.5. Prisão decorrente de decisão de pronúncia (art. 413, § 3º, CPP)	201
4.6. Prisão decorrente de sentença condenatória recorrível (art. 387, § 1º, CPP).....	202
5. EXECUÇÃO PROVISÓRIA OU ANTECIPADA DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE	203
6. OUTRAS MEDIDAS CAUTELARES (ARTS. 319 e 320, CPP)	219
7. LIBERDADE PROVISÓRIA.....	232
7.1. Noções gerais	232
7.2. Liberdade provisória com fiança	237
7.2.1. Hipóteses que vedam a fiança (arts. 323 e 324, CPP).....	239
7.2.2. Valor da fiança (arts. 325 e 326, CPP)	241
7.2.3. Condições da fiança (arts. 327 e 328, CPP)	242
7.2.4. Fiança definitiva (art. 330, CPP).....	243
7.2.5. Consequências possíveis da fiança.....	244
7.3. Liberdade provisória sem fiança	247
 Capítulo III ► CITAÇÕES E INTIMAÇÕES	253
1. CONCEITO DE CITAÇÃO	253
2. ESPÉCIES DE CITAÇÃO.....	253
2.1. Citação por mandado ou pessoal (arts. 351 a 357, CPP).....	253
2.2. Citação do militar (art. 358, CPP)	257
2.3. Citação do funcionário público (art. 359, CPP)	257
2.4. Citação do réu preso (art. 360, CPP).....	258
2.5. Citação por edital (arts. 361 a 366, CPP).....	259
2.6. Citação por hora certa (art. 362, CPP)	260
3. SUSPENSÃO DO PROCESSO (ART. 366, CPP)	263
4. A REVELIA NO PROCESSO PENAL (ART. 367, CPP).....	268
5. CONCEITO DE INTIMAÇÃO	270
6. PROCEDIMENTO PARA AS INTIMAÇÕES (ARTS. 370 A 372, CPP).....	270
 Capítulo IV ► SENTENÇA.....	275
1. ATOS JURISDICIONAIS.....	275
2. CONCEITO DE SENTENÇA.....	276
3. CLASSIFICAÇÃO DAS SENTENÇAS.....	276
4. CONTEÚDO DA SENTENÇA (ART. 381, CPP).....	278
5. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO (ART. 382, CPP)	282
6. EMENDATIO LIBELLI OU MODIFICAÇÃO DA DEFINIÇÃO JURÍDICA DO FATO (ART. 383, CPP)....	282
7. MUTATIO LIBELLI (ART. 384, CPP)	284
8. INDEPENDÊNCIA DO JUIZ NA SENTENÇA (ART. 385, CPP).....	292

9. SENTENÇA ABSOLUTÓRIA (ART. 386, CPP).....	293
10. SENTENÇA CONDENATÓRIA (ART. 387, CPP)	295
11. SENTENÇA DECLARATÓRIA DA EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE	304
12. FORMA DA SENTENÇA (ART. 388, CPP)	304
13. PUBLICAÇÃO E INTIMAÇÃO DA SENTENÇA (ARTS. 389 A 392, CPP)	304

Capítulo V ► PROCEDIMENTOS..... 307

1. PROCEDIMENTO COMUM E PROCEDIMENTO ESPECIAL (ART. 394, CAPUT, e §§ 1º e 2º, CPP).....	307
2. PROCEDIMENTO COMUM ORDINÁRIO (ARTS. 395 A 405, CPP)	310
3. PROCEDIMENTO COMUM SUMÁRIO (ARTS. 531 A 538, CPP).....	324
4. PROCEDIMENTO COMUM SUMARÍSSIMO (LEI Nº 9.099/95)	327
4.1. Fase preliminar – audiência preliminar (arts. 72 a 76 da Lei nº 9.099/95).....	331
4.2. Procedimento sumaríssimo propriamente dito – audiência de instrução e julgamento (arts. 77 a 83 da Lei nº 9.099/95).....	340
4.3. Suspensão condicional do processo (art. 89 da Lei nº 9.099/95).....	346
5. PROCEDIMENTO ESPECIAL DO TRIBUNAL DO JÚRI (ARTS. 406 A 497, CPP).....	353
5.1. Competência.....	353
5.2. Composição	354
5.3. Princípios constitucionais (art. 5º, XXXVIII, CF)	355
5.4. Procedimento bifásico.....	356
5.5. Pronúncia (art. 413, CPP)	359
5.6. Impronúncia (art. 414, CPP)	367
5.7. Absolução sumária (art. 415, CPP).....	368
5.8. Desclassificação (art. 419, CPP)	370
5.9. Fase do julgamento	374
5.10. Desaforamento (arts. 427 e 428, CPP)	374
5.11. Jurados.....	377
5.12. O julgamento.....	379
5.13. Debates orais	383
5.14. Quesitos	389
6. PROCEDIMENTO DOS CRIMES FALIMENTARES (LEI Nº 11.101/05)	401
7. PROCEDIMENTO DOS CRIMES DE RESPONSABILIDADE DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS (ARTS. 513 A 518, CPP)	403
8. PROCEDIMENTO DOS CRIMES CONTRA A HONRA (ARTS. 519 A 523, CPP).....	405
9. PROCEDIMENTO DOS CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE IMATERIAL (ARTS. 524 A 530-I, CPP)	407
10. PROCEDIMENTO DOS CRIMES PRATICADOS MEDIANTE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER (LEI Nº 11.340/06 – LEI MARIA DA PENHA).....	409
11. PROCEDIMENTO DOS CRIMES DE TÓXICOS (LEI Nº 11.343/06 – LEI DE TÓXICOS).....	420
12. PROCEDIMENTO DOS CRIMES DE ABUSO DE AUTORIDADE (LEI Nº 13.869/2019)	429

13. PROCEDIMENTO DA AÇÃO PENAL ORIGINÁRIA DOS TRIBUNAIS (LEI Nº 8.038/90)	432
14. PROCEDIMENTO PARA RESTAURAÇÃO DE AUTOS EXTRAVIADOS (ARTS. 541 A 548, CPP)	436
15. PROCEDIMENTO NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES (LEI Nº 14.133/21)	437

Capítulo VI ► NULIDADES 439

1. NOÇÕES GERAIS	439
2. ATOS INEXISTENTES E ATOS IRREGULARES	439
3. ESPÉCIES DE NULIDADES	440
4. PRINCÍPIOS REGENTES DAS NULIDADES.....	442
4.1. Não há nulidades sem prejuízo (art. 563, CPP)	442
4.2. Não há nulidade provocada pela parte (art. 565, CPP)	443
4.3. Não há nulidade por omissão de formalidade que só interesse à parte contrária (art. 565, CPP)	444
4.4. Não há nulidade de ato irrelevante para o deslinde da causa (art. 566, CPP)	445
4.5. Princípio da causalidade (art. 573, § 1º, CPP)	445
5. ESPÉCIES DE NULIDADE ABSOLUTA	447
5.1. Incompetência	447
5.2. Impedimento e suspeição.....	449
5.3. Suborno do juiz	450
5.4. Ilegitimidade de parte	450
5.5. Ausência de denúncia ou queixa e representação	451
5.6. Ausência do exame de corpo de delito	451
5.7. Ausência de defesa ao réu e de nomeação de curador	452
5.8. Falta de citação, ampla defesa e contraditório	453
5.9. Falta da decisão de pronúncia, do libelo e da entrega da sua cópia.....	453
5.10. Ausência do réu e realização da sessão	453
5.11. Quórum para a instalação da sessão do Júri.....	454
5.12. Sorteio do conselho de sentença em número legal e incomunicabilidade dos jurados.....	454
5.13. Inexistência dos quesitos e suas respostas	454
5.14. Ausência de acusação e defesa no julgamento do Tribunal do Júri	454
5.15. Ausência da sentença.....	455
5.16. Ausência de processamento ao recurso de ofício	455
5.17. Ausência de intimação para recurso	455
5.18. Falta do quórum legal para a decisão	456
5.19. Quesitos ou respostas deficientes e contradição entre elas.....	456
6. ESPÉCIES DE NULIDADE RELATIVA.....	456
6.1. Infringência à regra de prevenção	456
6.2. Falta de intervenção do Ministério Público	456

6.3. Falta de concessão de prazos à acusação e à defesa.....	456
6.4. Falta de intimação do réu para a sessão de julgamento pelo Tribunal do Júri, quando a lei não permitir o julgamento à revelia.....	456
6.5. Falta de intimação das testemunhas arroladas no libelo e na contrariedade.....	457
6.6. Ausência da forma legal dos atos processuais	457
7. MOMENTO PARA A ARGUIÇÃO DAS NULIDADES RELATIVAS (ART. 571, CPP).....	457
8. CONVALIDAÇÃO DAS NULIDADES RELATIVAS	460

Capítulo VII ► RECURSOS..... 461

1. TEORIA GERAL DOS RECURSOS	461
1.1. Noções gerais	461
1.2. Características	461
1.3. Efeitos	469
1.4. Recurso de ofício (art. 574, CPP).....	471
1.5. Desvio da administração pública no processamento do recurso (art. 575, CPP).....	472
1.6. Vedação de desistência do recurso pelo Ministério Público (art. 576, CPP) ...	473
1.7. Múltipla legitimidade recursal (art. 577, CPP).....	474
1.8. Pressupostos de admissibilidade dos recursos	475
1.9. Princípio da fungibilidade dos recursos (art. 579, CPP)	480
2. APELAÇÃO	482
2.1. Noções gerais	482
2.2. Interposição.....	483
2.3. Cabimento.....	486
2.4. Processamento	490
2.5. Julgamento	491
3. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO.....	493
3.1. Noções gerais	493
3.2. Interposição.....	493
3.3. Hipóteses de cabimento (art. 581, CPP).....	493
3.4. Processamento	497
3.5. Julgamento	499
4. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.....	499
4.1. Noções gerais	499
4.2. Interposição.....	499
4.3. Hipóteses de cabimento	500
4.4. Processamento	501
4.5. Julgamento	501
5. EMBARGOS INFRINGENTES E DE NULIDADE	503
5.1. Noções gerais	503

5.2. Interposição (art. 609, parágrafo único, CPP).....	503
5.3. Hipóteses de cabimento	504
5.4. Processamento	505
5.5. Julgamento	506
6. CARTA TESTEMUNHÁVEL	506
6.1. Noções gerais	506
6.2. Interposição (art. 640, CPP).....	506
6.3. Hipóteses de cabimento (art. 639, CPP).....	506
6.4. Processamento (art. 643, CPP)	507
6.5. Julgamento	507
7. RECURSO ORDINÁRIO CONSTITUCIONAL.....	507
8. RECURSO ESPECIAL E RECURSO EXTRAORDINÁRIO	510
9. AGRAVO EM EXECUÇÃO	518
10. CORREIÇÃO PARCIAL.....	519
11. PROTESTO POR NOVO JÚRI	520
12. AGRAVO INTERNO OU REGIMENTAL OU INOMINADO.....	522
13. RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL.....	523
14. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA	526

Capítulo VIII ► AÇÕES AUTÔNOMAS DE IMPUGNAÇÃO 529

1. NOÇÕES GERAIS	529
2. REVISÃO CRIMINAL.....	529
2.1. Noções gerais	529
2.2. Hipóteses de cabimento (arts. 621 e 622, CPP)	531
2.3. Legitimidade <i>ad causam</i> (art. 623, CPP)	534
2.4. Competência (art. 624, CPP).....	535
2.5. Forma de propositura e rito (arts. 625 e 628, CPP).....	536
2.6. Sucessores (art. 631, CPP)	536
2.7. Julgamento e indenização (arts. 626, 627, 629 e 630, CPP).....	536
3. HABEAS CORPUS	538
3.1. Noções gerais	538
3.2. Hipóteses de cabimento (arts. 647 e 648, CPP)	542
3.3. Transgressão disciplinar (art. 647, CPP).....	547
3.4. Competência (art. 650, CPP)	548
3.5. Legitimidades ativa e passiva	550
3.6. Forma de propositura (art. 654, § 1º, CPP)	551
3.7. Rito processual (arts. 655 a 664, CPP).....	551
3.8. Julgamento	553
3.9. Recursos	553

4. MANDADO DE SEGURANÇA EM MATÉRIA CRIMINAL	553
4.1. Noções gerais	553
4.2. Hipóteses de cabimento	554
4.3. Competência	555
4.4. Legitimidades ativa e passiva	556
4.5. Procedimento	557
4.6. Julgamento	558
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	559